

Festa e guerra: modos indígenas de fazer política no continente americano

DOI: 10.12957/irei.2025.96939

Leonardo Barros Soares¹

Como professor responsável por cursos de introdução à ciência política, é comum que a primeira questão a ser enfrentada seja: o que é o poder? Mais especificamente, o que é o poder político? A essa indagação fundamental da humanidade muitos autores célebres – a começar por Platão e Aristóteles e vindo até Marx, Hannah Arendt, Bobbio, Dahl e Foucault – já ofereceram respostas variadas. Max Weber, no entanto, é, provavelmente quem mais nos influencia em nossos primeiros passos na investigação do tema, direcionando nosso olhar para a dominação, conceito, segundo ele, sociologicamente menos “amorfo” que o de poder.

Com raras exceções, pensamos, junto com muitos desses autores, no poder político como uma relação humana em que o ator “A” força o ator “B” a fazer algo contra sua vontade. Insidiosa, no senso comum, ilustrado ou não, está a ideia de que, no fim do dia, ao falarmos de poder político, estamos falando, na verdade, de força, violência, coerção, hierarquia, poder de mandar e dever de obedecer. Mas esse é o fim da história? Estamos inelutavelmente presos a uma concepção de poder em que “manda quem pode e obedece quem tem juízo”?

É precisamente uma visão alternativa a essa espécie de “modelo mental” sobre a ideia de poder político que é objeto do livro intitulado *Festa e Guerra: movimentos coletivos dos povos nativos da América*, de autoria da antropóloga Beatriz Perrone-Moisés (2025). A obra se trata de uma versão modificada de sua tese de livre-docência, defendida em 2015, junto ao Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo. Nas páginas seguintes procedemos a uma resenha do texto, fazendo uma breve apresentação de seus capítulos e refletindo sobre aqueles aspectos que, a meu juízo, dialogam sobremaneira com o campo da ciência política, de modo a promover uma fertilização cruzada entre essas ciências sociais por vezes pensadas como polos opostos do ponto de vista teórico e metodológico.

O ensaio se inicia com um capítulo intitulado “*filosofia da chefia*”, em que a autora revisita o clássico trabalho do antropólogo francês Pierre Clastres (2020) para se deparar

¹ Mestre e doutor em ciência política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa; e-mail: leonardo.b.soares@ufv.br; <https://orcid.org/0000-0002-1049-1881>.

com o paradoxo que ele denominou, de modo perspicaz, como o problema do “chefe sem poder”. Para Clastres, os povos indígenas com quem trabalhara em todo o continente americano apresentam recorrentemente a figura do chefe sem poder de mando. O “lugar” da chefia é esvaziado de mecanismos coercitivos. Uma liderança indígena não pode dizer aos seus liderados “façam isso, senão...”. Senão o quê? Não há mecanismos de coação física ou imposição brutal de uma decisão hierarquizada e vertical de um chefe solipsista. Em seu lugar, nos ensina Clastres visto por Perrone-Moisés, há uma “sequência horizontal”, dinamizada pela liderança que respeita e é prestigiada, é generosa por definição e é responsável pelo bem-estar do grupo. A chefia indígena “é *aquela que inicia um movimento*” (p.43), “*que conduz um grupo a novos lugares*” (p.44), a fundadora de uma nova dinâmica, e não aquela que “manda” em seus pares.

Nos dois capítulos subsequentes, “*chefe anfitrião*” e “*que festa é essa?*”, a autora nos apresenta o primeiro dos modos de fazer política na América indígena, qual seja, aquele dedicado a compor coletividades, concatenar movimentos e promover sinergias que, diga-se de passagem, não aplainam as diferenças entre indivíduos e grupos. Nas palavras da autora (p.82), “*os movimentos coletivos nativos promovem continuamente a conjunção de diferenças, mas não sua unificação/homogeneização*”. Assim, Perrone-Moisés discorre sobre o caráter marcadamente político das festas entre os indígenas e sobre o papel de “dono de ritual” a ser desempenhado pelas lideranças das comunidades. Tais eventos são vistos por nós, não indígenas, como momentos “culturais”, separados dos momentos “propriamente políticos”, que nós só conseguimos enxergar por meio de nossas lentes etnocêntricas que nos prescrevem um “jeito certo” de conceber a atividade política. Em outras palavras (p.75), “*não vemos política entre povos ‘primitivos’ porque é outra política*”.

Em “*turmas de festa, turmas de guerra*”, Perrone-Moisés avança na elaboração conceitual dessa espécie de política radical de alianças horizontais entre membros de um determinado grupo étnico e deste com demais coletividades. A ideia de falar em “turma” e não em “grupo”, “tribo” ou “sociedade” serve para enfatizar que se trata de “agrupamentos fluidos e imprecisos” e não formações rígidas, com relações de lealdade ou submissão inquebrantáveis. Trata-se, aqui, mais uma vez, da vinculação pela liberdade, valor supremo das cosmologias ameríndias em todo o continente. Afinal de contas (p.102), “*na América nativa nenhum grupo é obrigado a nada; ninguém está sujeito às decisões de outrem, e todos verão respeitado o seu direito de se aliar a quem quiserem e de retomar ou romper antigas alianças conforme lhes parece*”.

Essa fluidez está presente na festa e, também, na guerra, o segundo eixo dinâmico da prática política ameríndia segundo Perrone-Moisés em “*anfitriões e guerreiros*”. Se o primeiro recai sobre a iniciativa de composição, o segundo diz das forças de dispersão. Aqui, mais uma vez, não se está a falar de um “general” que não tem suas ordens questionadas, mas tão somente de alguém que “vai na frente”, orienta o direcionamento do movimento e funciona como uma espécie de ponta-de-lança de um ataque. Em outras palavras, a liderança indígena – um sujeito coletivo por excelência – deve ser capaz de

agregar e dispersar quando as circunstâncias assim demandarem. Dessa forma, professores, pajés, caciques, agentes de saúde e anciões podem ser considerados lideranças quando da necessidade de “guerrear com palavras” pelos direitos dos povos indígenas.

Em “*política de brancos*”, por sua vez, a autora nos brinda com o *insight* de que, para os povos ameríndios do continente, a nossa política é demasiado belicosa, um “bate boca” interminável, em que as partes não estão realmente interessadas em produzir consensos (entendidos como “pensar junto”). Entre nós há uma apologia da discordância como um valor das sociedades liberais, em lugar do foco no apaziguamento e na concórdia. Lideranças indígenas, por outro lado, são “promotores de consensos e anunciadores de decisões”, decisões estas tomadas após longo e laborioso processo de costuras e conversas e apenas declaradas em situações solenes.

Por fim, em “*alegria, alegria!*”, Perrone-Moisés relembra que a ação política tem um fim, ou, como gostamos de dizer na filosofia política, um “telos”. Para quê se faz política, afinal de contas? Para obter cargos políticos e disputar a direção do estado, pensando com Max Weber? Não. A evidência disponível sobre a antropologia política junto aos povos ameríndios aponta para um grande e profundo objetivo: produzir alegria. Sim, pois, como nos lembra a autora, a mortalidade é inevitável, mas a alegria deve ser ativamente cultivada e incentivada com beleza, saúde, força, festas e, quando necessário, guerras.

Gostaria de encerrar esta resenha com duas reflexões desencadeadas pela leitura da obra em tela, uma mais ampla e outra mais restrita, ambas no campo da ciência política.

Em primeiro lugar, é forçoso reconhecer as implicações da argumentação arregimentada pela autora para os conceitos não indígenas de poder político. Como mencionamos no início, é possível afirmar que as concepções mais influentes de poder político no âmbito da teoria política estão vinculadas, de algum modo, à capacidade de mobilização de recursos para impor os desígnios de um ator político sobre outro. As notáveis exceções ficam por conta de Hannah Arendt e Jürgen Habermas, donde extraímos ressonâncias – a serem examinadas com a prudência e as mediações necessárias – com as práticas ameríndias focadas na geração de poder político por meio da concertação coletiva e da prática dialógica. Em outras palavras, considerar com seriedade as investigações antropológicas sobre o exercício do poder entre sociedades originárias, como o fez Beatriz Perrone-Moisés, pode ser um poderoso antídoto para os perigos da monocultura do pensamento, que só enxerga a primazia do autointeresse e dos fins instrumentais nas ações políticas.

Em segundo lugar, penso nas profundas repercussões dos conceitos apresentados por Perrone-Moisés para as concepções de associativismo, comumente referenciadas, em suas origens, à obra monumental de Alexis de Tocqueville, *A democracia na América* (2014). Antes da leitura do livro de Perrone-Moisés, costumava pensar nas associações de povos indígenas como uma espécie de forma organizacional “alienígena” apropriada

– ou, para usar uma expressão cara à Celia Xakriabá, “amansada” – pelos povos indígenas que mais ou menos se impôs na sua interlocução com os não indígenas. É claro, não fazia parte do horizonte dos povos originários a existência de estatutos legais de fundação de associações, registros em cartórios, consolidação de regras escritas, burocracia, contratação de pessoal, fluxo de caixa, estabelecimento de convênios e parcerias, prestação de serviços, dentre outras dezenas de funções que uma associação indígena contemporânea pode assumir. Podemos dizer, sim, que essas funções são exógenas e foram metabolizadas para dar lugar à existência das associações como as conhecemos.

A leitura de *Festa e Guerra*, no entanto, nos autoriza a pensar que, se essas funções são, de alguma forma, estranhas aos modos tradicionais de organização dos povos indígenas, não o é a raiz eminentemente associativa da política desses grupos. A política ameríndia no continente é de alianças agregadoras ou dissipativas, mas sempre de alianças. Horizontalidade e não verticalidade. Multiplicidade e não unicidade. Fluxo instável e contingente entre o formal e o informal, entre a família e a comunidade, entre a festa e a guerra. Sem dúvida, dá muito o que pensar para nós, cientistas políticos, apaixonados que somos pela clareza das categorias bem delineadas.

Em suma, o livro de Beatriz Perrone-Moisés é uma pérola, concisa e brilhante, cuja valia é enorme para cientistas sociais em geral e para antropólogos e cientistas políticos em particular. Tendo tido a oportunidade de conviver cotidianamente com lideranças indígenas do Brasil e de alhures em alguns momentos da minha carreira, posso afirmar, sem dúvida, que os conceitos arregimentados, desenvolvidos e apresentados pela autora são úteis para compreender, de modo ampliado, o que torna a política desenvolvida pelos povos indígenas tão singular.

Referências

- CLASTRES, Pierre.
(2020). *A sociedade contra o Estado*: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Ubu Editora.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz.
(2025). *Festa e Guerra*: movimentos coletivos dos povos originários da América. São Paulo: Elefante.
- TOCQUEVILLE, Alexis de.
(2014). *A Democracia na América*: Leis e Costumes – Livro I. Trad. Eduardo Brandão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes.

Recebido em
fevereiro de 2026

Aprovado em
maio de 2026